

A Arqueologia Histórica no Município de Penafiel

Teresa Soeiro*

Resumo

Iremos expor a necessidade de a arqueologia prestar uma maior atenção aos contextos de época Moderna e Contemporânea, os mais atingidos pelas recentes e profundas transformações do território, até porque têm sido sistematicamente ignorados pelos instrumentos oficiais de identificação, inventariação e salvaguarda do património cultural. Tentaremos mostrar como ainda hoje damos mais importância e temos mais informação sobre a cultura material dos que habitaram as terras de Sousa na época romana, objecto de patrimonialização, do que relativa ao habitat e modos de viver dos que a ocupavam, por exemplo, no século XVIII. Salientaremos ainda, com exemplos do município de Penafiel, que este *esquecimento* acarreta não só enormes e por vezes irreparáveis perdas para a construção do saber histórico e para a preservação do legado patrimonial, como custos materiais elevados quando se intenta tardiamente a reversão do processo.

Abstract

We will show that archaeology needs to pay a greater attention to the contexts of modern and contemporary times, which have been more affected by the recent and deep transformations of the territory, also because they have constantly been ignored by the official instruments of identification, inventory and defence of the cultural patrimony. We will try to demonstrate that even today we give more importance and we have gathered more information about the material culture of those who inhabited the lands of Sousa in the Roman times, that became State property, than information related to the habitat and ways of living of the ones that occupied it, for example in the XVIII century. We will also give emphasis, with examples from Penafiel, that this forgetfulness not only brings enormous and some times irreparable losses to the construction of historical knowledge and to the preservation of the patrimonial legacy, but also high material costs when one tries a tardy reverse to the process.

* Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - CITCEM

Deixando expressamente de parte a questão da designação deste campo disciplinar, devo indicar que estou a utilizar Arqueologia Histórica no seu significado internacionalmente reconhecido (Hicks; Beaudry, 2006), com um âmbito cronológico que abrange as épocas Moderna e Contemporânea, tempos fundamentais para a transformação do habitat e das mundividências de todo o município de Penafiel e em particular para a formação e consolidação do seu centro urbano.

Desde a década de sessenta que este espaço urbano foi objecto de atenção e de alguma protecção para defesa do seu património construído (Santos 1963:31-32), opção de preservação que se desejava extensível ao burgo de Entre-os-Rios, o vetusto porto fluvial do município, e a «*edifícios e outras construções disseminados por toda a área rural do concelho*», dos quais se deveria fazer rapidamente o inventário. Boas palavras, que chegaram a ser levadas à prática em um curto período de cinco anos, vertidas no *regulamento de edificações*, logo depois ultrapassadas por uma combinação entre desinteresse político, inércia funcional e preferência dada a outros valores.

Excepcionalmente bem preservado no âmbito do Vale do Sousa, o património edificado e paisagístico penafidelense das épocas Moderna e Contemporânea continuou a ser fortemente apelativo, ainda que esquecido pela administração, que só na década de oitenta volta a debruçar-se sobre o assunto, incluindo este tipo de monumentos e sítios num primeiro lote de pedidos de classificação enviados à tutela em 1987, alargado por um segundo conjunto de processos que seguiram para o IPPC como reacção ao decreto-lei nº 205/88 (Santos, 2005). Aflorados na exposição *Itinerários do Passado*, aberta ao público a 22 de Setembro de 1989, e objecto de sucessivos estudos publicados em revistas locais e nacionais, estes novos patrimónios emergiam e estavam muitas vezes para lá de imaginação dos responsáveis técnicos pelo território, que sublinhavam a necessidade de formação para aplicar condicionantes em matéria que eles próprios até aí desconheciam.

Mácula original dos registos de inventário foi o pouco investimento do município num trabalho próprio sistemático e continuado, recorrendo em grande parte, para resposta imediata às solicitações, ao saber capitalizado para outros fins. É que, se nem sempre foi fácil explicar que ao restrito número dos monu-

mentos classificados de todos conhecidos era preciso juntar as dezenas de sítios arqueológicos pré-históricos, proto-históricos, clássicos e medievais entretanto identificados pela investigação, mesmo que invisíveis para os leigos, impossível se mostrou demonstrar quão imprescindível era também o inventário dirigido a outro património edificado erudito e, particularmente, ao património vernacular.

A componente patrimonial do PDM elaborado no início da década de noventa denota claramente esses desequilíbrios, resultantes das condições apressadas e não especializadas em que foi realizada, com falta de sistematização na recolha da informação e de maturação de uma metodologia que fundamentasse as opções. Estava claramente patente que, perante o imenso universo de itens respeitantes às épocas históricas mais recentes, a opção básica de tudo inscrever era impossível, mas não assumido o axioma de conhecer o mais possível para criteriosamente seleccionar o significativo, passível de ser preservado. Como a demonstração não foi suficiente, em 2000, no contexto da revisão do PDM, a situação de falta de informação sistematizada voltou a colocar-se. O procedimento foi diferente, mas nem por isso mais clarificador. Tendo-me sido solicitado a elaboração de uma *Carta do Património Vernacular* do município, em colaboração com outros docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que chegou a ser contratualizada, o projecto foi posto de lado em meados do ano seguinte, optando-se novamente pela não realização deste estudo global, ficando incumbido o técnico superior da área de arqueologia e património, então recém contratado e assoberbado com outros trabalhos, da tarefa de seleccionar o património deste grupo a inserir no PDM.

A falta de uma Carta do Património claramente assumida, que inclua as épocas históricas recentes, com uma firme política de actuação, tornou algo aleatória a escolha das aldeias a recuperar pelo programa Agris e bloqueou ainda, por exemplo, o funcionamento da Comissão Municipal do Património Cultural e Paisagístico, criada em 2003. Esta viu-se em dificuldade para responder com critério ao curioso afluxo de pedidos verbais e formais de classificação de edifícios e conjuntos rurais com que se viu confrontada desde início, enviados pelos proprietários, uns preocupados em travar ou afastar a acelerada descaracterização



Figura 1. Conversas à lareira. Aldeia de Baixo, 1992

construtiva e paisagística a que assistiam, impotentes, desde a década de noventa, nas áreas envolventes das suas propriedades, outros interessados na classificação como forma de melhorar os incentivos financeiros e outras condições a aplicar nas candidaturas a projectos de turismo. Sem um inventário geral de referência e uma política que apresentasse critérios para a ponderação do valor patrimonial, uma resposta casuística poria em risco a coerência das decisões, ou seja, poder-se-ia classificar um conjunto de interesse limitado no panorama municipal só porque esse procedimento foi solicitado e, ao lado, deixar sem protecção outros casos muito mais relevantes, mas para os quais não tinha sido atraída a atenção.

Estas vicissitudes nunca impediram, porém, que a investigação e a divulgação no âmbito da arqueologia histórica continuasse a ser feita, com o apoio do Município e de várias outras entidades públicas. Destacamos, por um lado, a obrigação, em prática desde finais da década de noventa, de realizar acompanhamentos e escavações arqueológicas no centro urbano. Embora bastante numerosos deste então, obtiveram resultados não particularmente elucidativos relativamente às diferentes ocupações deste espaço, sobretudo quando os trabalhos se dirigem apenas ao que está *enterrado e é antigo*, num sentido maximamente redutor da arqueologia, esquecem o edificado, com toda a sua riqueza material e vivencial. Tem sido continuada a insistência do Museu para que a análise destes edifícios e conjuntos se faça considerando o seu percurso até à actualidade, tanto atendendo às técnicas construtivas, elementos decorativos e todas as demais vertentes da sua

materialidade, como à sua história e referências. Fontes de informação, sejam documentais ou impressas, constituem um acervo tanta vez esquecido, como também o é o registo da memória, investigação exigente e demorada, talvez incompatível com a urgência de um relatório e a habitual magreza do orçamento.

Mas a minha participação neste Encontro não se dirige à arqueologia urbana que, apesar das insuficiências, tem já boas práticas rotinadas. Preferi trazer a esta ribalta outros patrimónios, que todos os dias desaparecem diante dos nossos olhos (se os vemos ou não, já é outra questão).

E o primeiro é o humano, a memória individual e colectiva (Fig. 1). Se ao falar de castrejo nos agarramos com avareza às vagas referências de Estrabão, porque é que para estudar a arqueologia mais recente nos damos ao luxo perdulário de dispensar os seus actores? Eles viveram os factos e nos contextos, possuem o saber-fazer e o imaginário, o seu e o das gerações anteriores que num tempo mais lento lhes foram transmitidos. Quebrada essa cadeia intergeracional de comunicação, como recuperar no futuro esse imenso e irrepetível património?

Também a paisagem agrária da região de Sousa e Tâmega e os ciclos produtivos que lhe estão associados constituem um outro património já profundamente afectado, sem nunca ter sido verdadeiramente estudado. Neste domínio, a materialidade e a sua leitura histórica são sempre indissociáveis, devendo-se a todo o custo evitar o bucolismo arcádico e a nostalgia que olha para o nosso passado camponês como o de uma sociedade feliz, atemporal e imutável.

Ainda que desmoronada, a mundividência camponesa marca profundamente o presente e oferece-nos oportunidades, não por muito tempo. Queremos saber como se fazia e manuseava uma alfaia, como se ensinavam os novilhos para os transformar numa junta de trabalho, como se jungiam, atrelavam e guiavam, como se preparava uma terra para esta ou aquela cultura, como se exploravam, repartiam e conduziam águas... ainda podemos perguntar, aprender e registar, em práticas marginais é certo, mas que nos permitirão melhor interpretar as informações referentes a outros contextos em que foram dominantes. Juntas a puxar grades de pau, porque os arados de pau esses já foram



Figura 2. Campo de centeio com rolheiros. S. Julião, Capela, 1992



Figura 3. Campo de milho miúdo. Aperrela, Penafiel, 1988

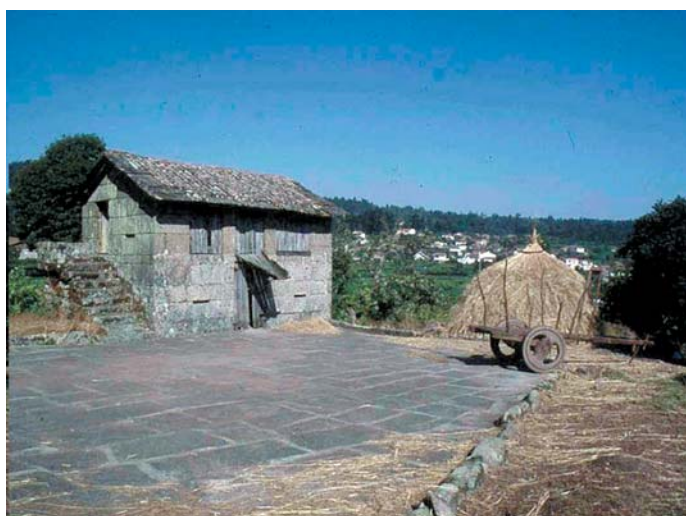


Figura 4. Eira em utilização. Peroselo, 1992

nesta região substituídos há mais de 100 anos; campos de centeio em tempo de colheita, com os rolheiros em pé para serem batidos à mão (Fig. 2); sementeiras de milho alvo (Fig. 3), o pão de há séculos que hoje serve apenas para alimentar pássaros ornamentais, desaparecerão em breve. As eiras, casas da eira e espigueiros estão vazios e tornam-se obsoletos, porque o milho cultivado vai para silagem ou se destina mesmo à obtenção de combustível (Fig. 4). E isto não constitui um lamento em favor do passado, porque o que, penso, há para lamentar é que não se investigue, não se registre, não se inventarie este património e os saberes associados para depois poder escolher onde investir os sempre poucos recursos e esforços de preservação. Porque, como tantos autores já disseram, se tudo quisermos embarcar na nossa arca de Noé patrimonializadora, ela vai seguramente soçobrar. Precisamos de escolher, mas escolher com critérios bem fundamentados e informados.

A partir do Museu temos tentado estudar também outros cultivos quase desaparecidos no vale do Sousa, mas que já foram deveras importantes como recurso económico e pelo seu papel na idiossincrasia da região. Estamos a falar do linho (Soeiro, 2002), dos momentos de trabalho colectivo e recíproco a que dava lugar, da arrinca até ao fio entrar no tear (Fig. 5 e 6). Instrumentos e máquinas foram desenvolvidos para facilitar as tarefas do seu penoso ciclo, de entre os quais evocamos o ripo de ferro, para aplicação na cabeçalha do carro de bois, e o engenho que, chegado aqui apenas no século XIX, na sua engrenagem de madeira parece uma criação bem mais antiga. Para o abrigar se ergueram algumas construções singulares, padecendo hoje ambos, máquinas e edifícios, da mesma desatenção, por inúteis, até que pereçam ou se lhes atribua nova função (Fig. 7 e 8).

Outro tanto se pode dizer dos engenhos de azeite (Soeiro, 1996/97), que já foram dezenas, movidos a água ou pela força animal. Inúteis e ocupando um espaço próprio e amplo dentro da casa de lavoura, com acesso ao ex-

terior, estes foram muitas vezes desmontados para deixar espaço a uma garagem, a maiores arrecadações, a novos aposentos de residência ou a uma oficina. Os de água, mais expostos aos elementos, simplesmente ruíram ou perderam, por apodrecimento ou roubo, as suas peças, que até são apreciadas para decorar jardins. Com as mós e as charruas dão aquele tom rústico de que se gosta. São poucos os casos em que, *escavando* por baixo de muito tralha, poeira e teias de aranha, se conseguem entrever na sua plenitude funcional. Contamos mais de três dezenas no município de Penafiel, os dedos de uma mão sobram para o número que se preserva razoavelmente (Fig. 9 e 10). Embora os melhores exemplares estejam em posse privada, está estudada e pronta a ser candidata a fundos europeus a recuperação de um exemplar, em Sebolido, já na posse do município, para nele instalar mais um núcleo temático do Museu.

Este continuado trabalho de formiga é por vezes sobressaltado pela necessidade de acorremos a situações críticas que implicam grandes modificações do habitat, como foi o trabalho de inventário, estudo e recolha de materiais efectuado na área do vale do Tâmega submersa pela albufeira do Torrão. Com a informação e espólio retirado em 1986 foi, cinco anos depois, realizada a exposição monográfica *Quando o Tâmega Corria* e publicados os resultados do estudo (Soeiro, 1987/88; Soeiro, 2005). Tratou-se do desaparecimento de todo um mundo ribeirinho, que ficou coberto por dezenas de metros de água. Preferimos estudá-lo enquanto estava a descoberto, não já com a pujante actividade que se manteve até aos anos sessenta (Fig. 11), mas pelo menos com alguns moinhos ainda montados, num caso a funcionar com um moleiro profissional. Localizámos e desenhámos todas as estruturas, estudámos o moinho e ouvimos o moleiro, desenhámos os barcos e atravessámos com o barqueiro (Fig. 12 e 13). Depois, partimos atrás do que já lá não estava, dos engenhos de linho que se montavam no Verão, das armadilhas e redes que se colocavam nas pes-



Figura 5. Arrinca do linho. Mesão Frio, Galegos



Figura 6. Ripagem do linho na eira. Mesão Frio, Galegos



Figura 7. Coberto do engenho do linho, junto da eira. Mesão Frio, Galegos, 2002



Figura 8. Engenho de maçar linho. Mesão Frio, Galegos, 2002

queiras durante o Inverno, no tempo da lampreia e do sável. Não foi fácil, mas elas apareceram ou foram reconstituídas por quem sempre as fizera. Estudámos mesmo aproveitamentos esquivos de tempos de incerteza, como as frustes portas para segurar as nassas, feitas para remediar num ano que já se sabia ser o da última safra, ou os aparelhos clandestinos utilizados junto do paredão para uma última colheita das espécies migratórias que aí se aglomeravam num desespero de destino interrompido (Fig. 14). De quase tudo veio para o Museu pelo menos um exemplar, já que o que ficasse no rio seria engolido pelas águas e muitos dos meios técnicos que podiam ser facilmente retirados pelo dono se tornariam inúteis na nova albufeira. Por fim



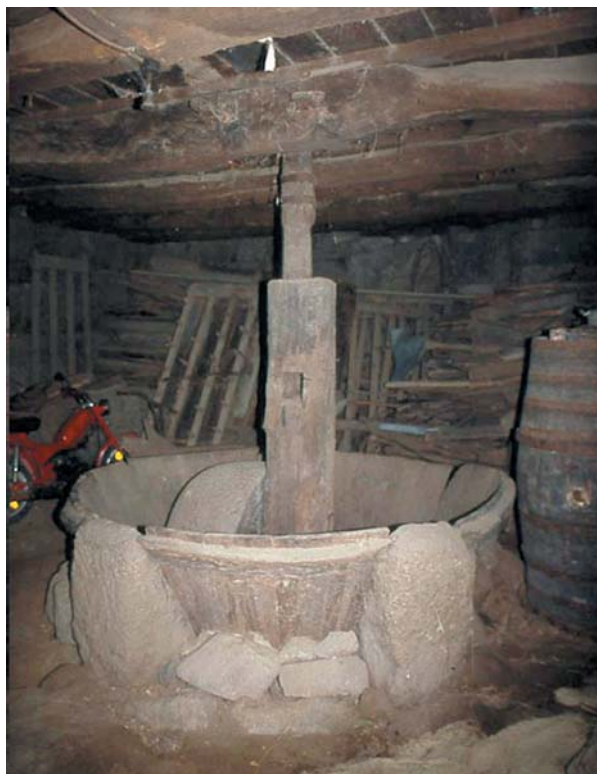
Figura 9 e 10. Engenho de azeite. Castelo, Lagares, 1997

procurámos documentação escrita e imagens antigas do rio, com as estruturas de moagem montadas e os barcos em travessia (Fig. 15). Muitas narrativas e recordações avivadas pelo sentimento de perda deram vida a estes materiais.

Alertados por este estudo feito *in extremis*, resolvemos olhar para o outro rio fronteira do município, o Sousa, já que o terceiro, o Douro, se perdera com a subida das águas da albufeira de Crestuma/Lever, dele restando memórias, imagens e alguns utensílios e embarcações, aqueles sem utilidade, que também conseguimos integrar nas colecções (Soeiro, 1998a; Soeiro, 2001).

O rio Sousa, no seu tramo penafidense, proporcionou-nos uma experiência singular.

Feito um primeiro levantamento em 1987/88, verificamos que ainda permaneciam diversos moinhos em funcionamento, servidos por profissionais. Outros estavam parados há pouco, mantendo-se as engrenagens no sítio, raros eram os arruinados. Não tivemos então ocasião de publicar o estudo e o tempo foi passando



até que no Inverno de 2001 a intempérie se encarregou de dar a machadada final neste já precário equilíbrio (Fig. 16). As águas do rio subiram repetidas vezes e quando por fim voltaram ao leito a devastação era irreversível: casas de moinho caídas, engenhos arrastados, açudes cortados. Depois desta calamidade, apenas um moleiro teve capacidade para manter a sua profissão, talvez porque lhe tinha já associado a da restauração. Para todos os demais foi o fim.

A população de Novelas não se conformou porém com a perda do seu moinho, bem no centro da freguesia, e incentivou persistentemente a Câmara para que o adquirisse e recuperasse. Assim veio a suceder, reabrindo ao público em Maio de 2006, novamente em funcionamento, não já como unidade industrial mas como núcleo temático do Museu, dedicado ao rio (Fig. 17 e 18).

Em Sousa, Bustelo, o interessantíssimo núcleo de moinhos e serração de madeira, conjunto que pela sua complexidade e qualidade primeiramente referenciáramos, nos anos oitenta, para classificação e musealização, ficou no estado que as imagens documentam (Fig. 19 e 20). No Vau, Paço de Sousa, onde a instalação de moinhos é milenar, a situação apresentou-se igualmente desoladora (Fig. 21 e 22).

Revisitar todas estas unidades em 2006, quando finalmente surgiu a ocasião de publicar o roteiro (Soeiro, 2006), foi uma espécie de percurso pelo caos, sublinhado pelo desânimo dos proprietários, ou o desinteresse que os levou a vender os edifícios para serem recuperados por novos donos, urbanos e com interesses e recursos bem distintos. Para a memória ficam algumas antigas imagens destes conjuntos em plena laboração (Fig. 23).

Uma outra linha de investigação que desenvolvemos, intitulada *Ofícios e Indústrias*, está na raiz das exposições temáticas temporárias que realizamos regularmente, quase sempre solicitados pela urgência de acolher conjuntos de materiais que nos es-



Figura 11. Rio Tâmega, núcleo moageiro em pleno funcionamento. Amela, Boelhe, 1966.. (Fotografia Albano)

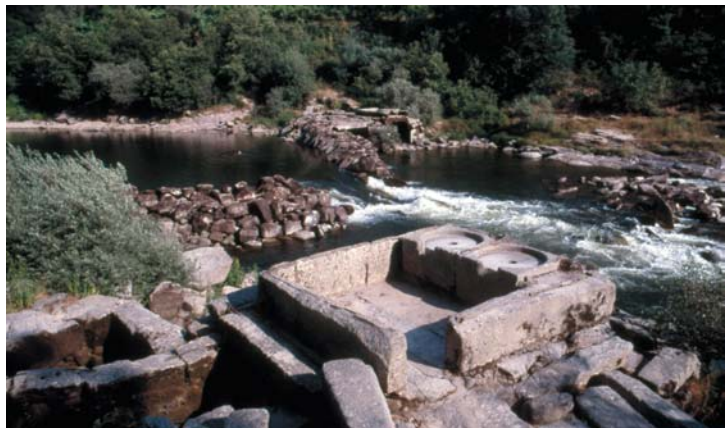


Figura 12. Rio Tâmega, parede com as estruturas permanentes. Canal de Cima, Abragão, 1986

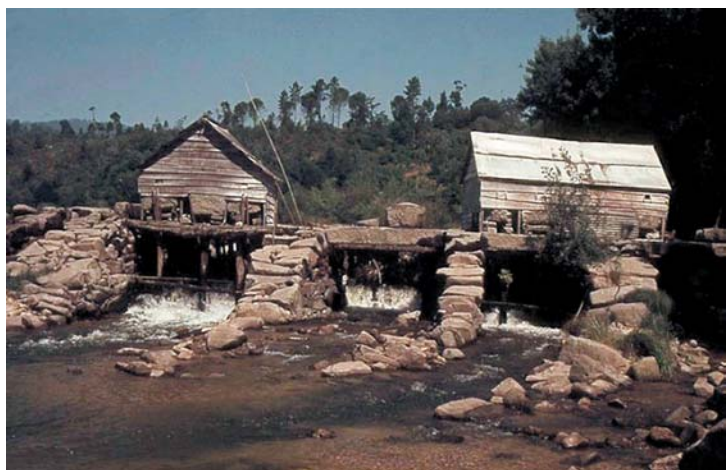


Figura 13. Rio Tâmega, moinhos temporários. Amela, Boelhe, 1986



Figura 14. Rio Tâmega, porta improvisada no canal de pesca. Canal, Abragão, 1986



Figura 15. Rio Tâmega, barca de passagem. Amela, Boelhe, 1961



Figura 16. Rio Sousa, Moinho da Ponte durante as cheias. Ponte, Novelas, 2001 (fot. Napoleão Monteiro)

tão a ser oferecidos ou referenciados, e necessitam de ser rapidamente retirados do seu local de uso ou depósito. Foi assim que o Museu Municipal recebeu, nos últimos anos, um grande número de peças integrantes de velhas oficinas e pequenas indústrias. Como é nossa prática habitual, procurámos não só registar a situação em que se encontrava instalada a unidade, como recolher toda a informação que nos pudesse ser fornecida pelo seu proprietário e demais colaboradores e clientes, para que as peças fossem mais bem documentadas.

Porque estes ofícios e indústrias foram muito importantes, ocupando grande número de trabalhadores e suas famílias, expusemos a cada doador-pivô a possibilidade de transformar o seu gesto no suporte para uma exposição temporária em que se equacionassem não apenas os saberes tecnológicos da arte em questão, com a respectiva paraférria de meios técnicos de produção, mas também o lugar da actividade na história do município e da região envolvente. Bem recebida, a proposta redobrou sempre o empenho dos profissionais em completar as várias séries de peças e explicar cuidadosamente o seu manuseio. Mais ainda, levou-os a contactar outros elementos da classe, ou os seus herdeiros, por forma a reunir um maior número de materiais, informações e imagens, avivando ao mesmo tempo as memórias da actividade no seu período áureo. Deram assim entrada no Museu centenas de peças pertencentes a diversos ofícios e indústrias, relativamente aos quais estávamos antes quase desprovidos, possuindo apenas materiais isolados e falhos de informação complementar.

Para interpelar a antiguidade e relevância destes ofícios e indústrias no município recorremos, em primeiro lugar, à documentação disponível no Arquivo Municipal, bastando lembrar que os seus profissionais foram objecto de regulamentos próprios desde o século XVIII, surgem referidos nas séries de actas das sessões da Câmara, foram

objecto de recenseamento para fins militares, fiscais e eleitorais, se contavam muitas vezes entre os grupos sociais obrigados a participar na procissão do Corpo de Deus. Partimos depois para o Arquivo Distrital, os arquivos centrais, particularmente Torre do Tombo e Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e para os arquivos das associações de classe. A recolha de fontes de informação impressas, o levantamento de notícias e de publicidade inserta nos periódicos e a busca de imagens foram também fundamentais.

Numa perspectiva de interpretação histórica mais abrangente, equacionando a questão da industrialização de cada sector, tentámos perceber as condições da sua obsolescência ou reunir argumentos que nos explicassem as razões que levaram, sendo alguns fabricos tão tradicionais e envolvendo tanta mão de obra artesanal especializada, a indústria contemporânea a preterir este município e a fixar-se preferencialmente nos vizinhos ou em outras regiões.

A primeira actividade estudada no âmbito deste projecto foi a indústria de mortalhas em palha de milho. O Museu possuía uns *estranhos* maços de mortalhas para cigarro confeccionadas com folhelho, sabíamos por informação oral que houvera uma original e próspera actividade de fabrico e exportação para o estrangeiro deste artigo, víamos a respectiva publicidade nos periódicos locais... faltava saber tudo o mais. A investigação permitiu-nos recuperar e documentar o percurso desta indústria (Fig. 24) e levou-nos até antigos proprietários que não só possuíam alguns meios técnicos de produção, como recordavam a quem tinham vendido as máquinas, a peso. E assim, no início da década de noventa estas viajaram da sucata para a exposição temporária no Museu, acompanhadas pela sua história e as memórias de patrões e empregados que com elas lidaram (Soeiro, 1995).

No mesmo período, conseguimos adquirir num antiquário as máquinas de uma oficina local de passamanaria de palheta, indústria importante e exótica no mundo rural penafidelenense, onde pelo menos desde a primeira metade do século XIX funcionava, provavelmente em sistema de *putting-out* dependente das manufacturas da cidade do

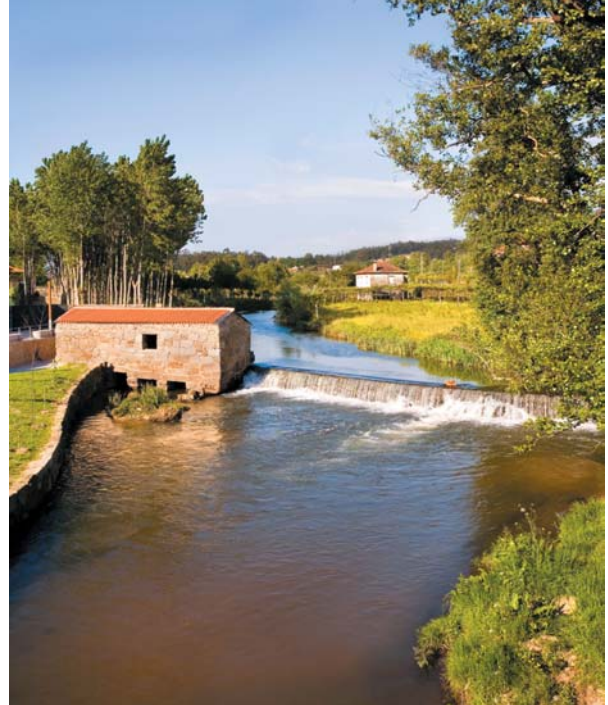


Figura 17. Rio Sousa, Moinho da Ponte, depois de recuperado. Ponte, Novelas, 2006 (fot. Francisco Albuquerque)

Porto que forneceriam as matérias primas nobres e as máquinas de modelo idêntico às ilustradas na segunda metade de setecentos pela *Encyclopédie* de Diderot e D'Alambert, recolhendo depois a produção para a introduzir no mercado (Soeiro, 1998b).



Figura 18. Rio Sousa, Moinho da Ponte, interior recuperado. Ponte, Novelas, 2006 (fot. Francisco Albuquerque)

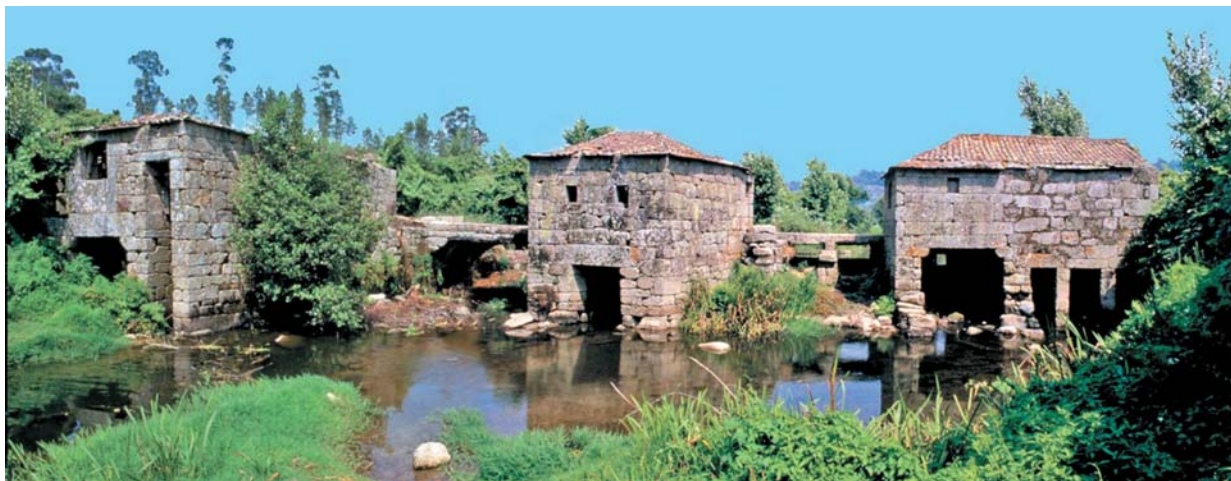


Figura 19. Rio Sousa, serração e moinhos de cereal. Sousa, Bustelo, 1987



Figura 20. Rio Sousa, destruição no núcleo de serração e moinhos de cereal. Sousa, Bustelo, 2006 (fot. Manuel Ribeiro)



Figura 21. Rio Sousa, núcleo moageiro do Vau. Vau, Paço de Sousa, 1987

A carpintaria, a tradição linheira e a produção de mel e indústria de material apícola (Soeiro, 2007) ocuparam-nos durante os anos seguintes, tentando-se sempre manter o projecto nas suas vertentes de levantamento, recolha de espólio e de informação oral, investigação e, desde que possível, divulgação através de exposição temporária (com publicidade exterior, cartaz e folheto) e publicação.

Tendo integrado em 2003 a Rede Portuguesa de Museus, o Museu Municipal de Penafiel pôde candidatar-se nesse mesmo

ano PAQM, apresentando ao (P2) Programa de Apoio à Investigação e ao Estudo das Colecções o projecto de estudo de uma colecção/sector de actividade, o do calçado. Intitulámo-lo *Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros & ofícios correlativos*, pois partindo da doação dos materiais de uma oficina de sapateiro, alargámos o âmbito da investigação e recolha a outros ofícios do calçado, nomeadamente ao dos pauzeiros, fazedores rurais dos paus para os socos, tamancos e chancas que os artistas tamanqueiros completavam nas oficinas da cidade, acrescentando-lhes as componentes de couro, para depois serem despachados para o mercado nacional e exterior.

A dinâmica do processo levou-nos a procurar memórias da profissão de pauzeiro, já extinta, e por esta via chegámos ao espólio remanescente de um mestre, carinhosamente guardado pela família, que nesta circunstância gentilmente o cedeu a favor do Museu. Coincidiu ser um dos profissionais que Benjamim Pereira estudara e fotografara em meados da década de sessenta, pelo que aos materiais e memórias recuperadas em 2003 reunimos as imagens facultadas pelo Museu Nacional de Etnologia/Centro de Estudos de Etnologia, numa sinergia proveitosa para ambas as instituições (Fig. 25 e 26). O facto desta acção ter sido apoiada deu à recolha, registo e divulgação uma dimensão e uma qualidade que os trabalhos anteriores não tinham alcançado, pois pudemos dispor do auxílio de um investigador júnior para o levantamento de informação nos fundos arquivísticos previamente identificados, bem como de um desenhador e da colaboração de um fotógrafo profissional.

O impacto deste interesse exterior e o reforço de meios financeiros teve ainda como consequência um maior empenhamento da autarquia, que o próprio processo contratual mais claramente responsabilizou. Foi assim possível realizar o estudo das profissões e a recolha de um espólio



Figura 22. Rio Sousa, núcleo moageiro do Vau depois das cheias. Vau, Paço de Sousa, 2006



Figura 23. Rio Sousa, núcleo moageiro em pleno funcionamento. Fot. Claudino Diniz, publ. 1920



Figura 24. Mortalhas – Fábrica de mortalhas António Pinto de Bessa & C.ia. S. Martinho de Recezinhos



Figura 25. Oficina de pauzeiro. Bustelo, 1963 (fot. Benjamim Enes Pereira, col. MNE/CEE)



Figura 26. Banco de pauzeiro. Museu Municipal de Penafiel, 2004 (fot. Eduardo Cunha)

significativo que veio colmatar lacunas da colecção. A divulgação através da exposição temporária (2004/05), mais bem publicitada, e da publicação (AAVV, 2004; Soeiro, 2004) alertou o público para a extinção destes ofícios, que tão importantes haviam sido, tanto na cidade como em muitas freguesias rurais, e para a necessidade de os estudar e preservar, ao menos através da valorização museológica. Desta tomada de consciência sobre o interesse cultural de actividades consideradas comezinhas, porque outrora muito presentes no quotidiano, resultaram novas informações e doações de materiais relativos a esta e a outras profissões, esquecidos em sótãos e arrecadações, destinados à lenta destruição até que qualquer alteração das circunstâncias familiares os remetesse definitivamente para o lixo.

Outros efeitos colaterais que estes processos de investigação sempre arrastam não deixam de ser interessantes. Neste caso, a busca de amostras da matéria prima utilizada pelos pauzeiros, madeiras de determinadas espécies, levou os profissionais da autarquia a tomar consciência da rapidez com que estes exemplares da flora tradicional estavam a desaparecer, face a plantações menos variadas e incorporando plantas exógenas, praticadas pelo próprio município, e à falta de atenção às pré-existências.

Depois dos ofícios do calçado, o PAQM acolheu o estudo do ofício do ferro, projecto intitulado *Artes do Ferro*, cuja exposição decorre actualmente. Tendo em vista que o trabalho do ferro foi, durante séculos, profissão oficial dominante na cidade, e que também esteve activo em muitas freguesias, considerámos constituir falha grave dispormos apenas na colecção de algumas produções, por significativas que fossem, sem que com elas estivessem relacionados quaisquer registos de oficinas e instrumentos de fabrico,



Figura 27. Forja desactivada. Cans, Rio de Moinhos, 2007 (fot. Francisco Albuquerque)

nem recolha de técnicas ou imagem de profissionais em actividade. Um curioso achado arqueológico em escavação urbana, de uma pedra com moldes para as conchas das colheres, veio entretanto reforçar esse desconhecimento.

Mais uma vez, o facto de existir a possibilidade do apoio obrigou-nos a investigar, a realizar levantamentos sistemáticos e assim chegámos à oficina de mestre Fernando Soares, de Cans, Rio de Moinhos, preservada quase sem alterações desde o seu falecimento, mas inactiva (Fig. 27). Num gesto sempre de louvar, o seu filho e actual proprietário deu-nos permissão não só para estudar e recolher imagens, como ofereceu todo o recheio ao Museu, prestando ainda o seu testemunho, a recordação de quando menino ter ajudado o pai no trabalho da forja. Numa outra freguesia, Fonte Arcada, fomos encontrar um verdadeiro tesouro cultural vivo, o mestre Belmiro Duarte que ainda passa os dias a labutar na sua forja, equipada com toda a tecnologia tradicional que herdou de anteriores gerações dedicadas à mesma arte (Fig. 28). Sempre prestável e amigo de ensinar, o mestre com a sua forja tem sido para nós uma ajuda preciosa. Este já raro testemunho vivido das velhas formas de trabalhar e a maneira como adoptou algumas inovações para melhor responder às necessidades actuais dos seus clientes ficará registado em DVD. Outros ferreiros e serralheiros colaboraram para que a exposição fosse possível, com materiais,

saberes e testemunhos que procuraremos perpetuar no catálogo e pela imagem.

Nos últimos meses fomos solicitados para a retirada de um forno de um conhecido fabricante de pão-de-ló e de bolinhos de amor, ficando aberto mais um dossier, como fora antes o do acolhimento do recheio de uma farmácia (Fig. 29). Outros sectores de actividade estão igualmente carentes de investigação, que esperamos possa ser realizada em tempo útil, quer para a salvaguarda do património material associado, quer para a colecta de informação.

Por fim, uma chamada de atenção para o património imaterial, que a Unesco privilegia desde a Convenção de 2003, não apenas consagrando a linha dos saberes artesanais de que antes falámos, mas insistindo na importância do domínio das práticas sociais, rituais e dos eventos festivos, inscritos num território particular, o qual sacralizam pela actualização



Figura 28. Forja em funcionamento. Quintela, Fonte Arcada, 2007 (fot. Francisco Albuquerque)

anual. O Corpo de Deus na cidade, em cuja procissão se integram há séculos a figura de S. Jorge com o seu estado (Fig. 30), o baile dos ferreiros ou a serpe, é um bom exemplo da resistência do património imaterial profundamente ligado à comunidade e ao território urbano (Soeiro, 2000/01). No extremo sul do município, as endoenças de Entre-os-Rios, cuja processo de classificação como património imaterial municipal está em curso, são outro evento festivo ritual a que uma particular configuração física do território aliada a uma *sui generis* divisão eclesiástica conferiram originalidade e qualidade ímpares, unindo a materialidade à prática social e ao imaginário colectivo.

Como expressámos no cartaz da instituição (Fig. 31), no Museu frequentemente se convida um clássico Marte romano para dar uma mãozinha ao lavrador que vai para a malha e à mulher que com a sua menina se dirige à fonte, para, no espírito dos velhos trabalhos de entreajuda, colectivos e recíprocos, tentar com esta fórmula criar sinergias vantajosas entre uma arqueologia consagrada e uma quase ignorada ou desconhecida, em prol de um resultado que seja, em qualquer caso, a construção de saber sem espartilhos.



Figura 29. Farmácia – Espólio da Farmácia Miranda. Fot. Francisco Albuquerque, 2006



Figura 30. Estado de S. Jorge na procissão do Corpo de Deus. Penafiel, 1989

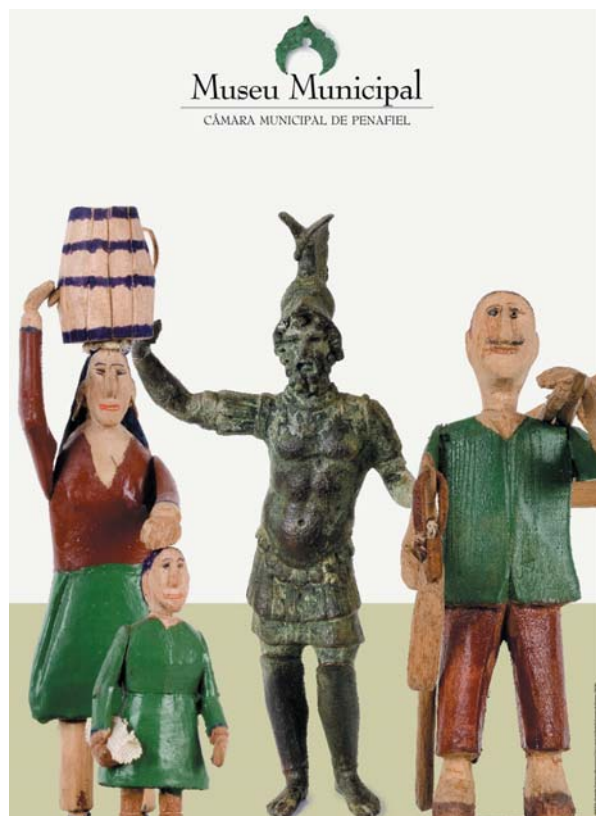


Figura 31. Museu Municipal de Penafiel – cartaz 2005. (ARESTA; fot. Francisco Albuquerque)

Bibliografia

AAVV (2004) - Pauzeiros, tamanqueiros, sapateiros e ofícios correlativos. *Cadernos do Museu*, 8/9, Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.

HICKS, D; BEAUDRY, M.C. (2006) - *The Cambridge companion to historical archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.

SANTOS, M.J.F. (2005a) - A gestão municipal do património: o caso de Penafiel, in SILVA, António Manuel S.P. (Coord.) - *Cartas Arqueológicas: do inventário à salvaguarda e valorização do património. Actas das Jornadas realizadas em Arouca em 2004* – Arouca: Câmara Municipal de Arouca, p.39-44.

SANTOS, Maria Rosalina Brandão Rodrigues dos (1963) - Um ano de actividades da Comissão Municipal de Cultura. *Penafiel. Boletim da Comissão Municipal de Cultura de Penafiel*. Penafiel, 2ª série. 1, p.30-38.

SOEIRO, Teresa (1987/88) - Penafiel: o Tâmega de ontem. *Penafiel: Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel. 3ª série, 4/5, p.95-253.

SOEIRO, Teresa (1995) - A indústria de mortalhas em palha de milho no concelho de Penafiel. *Cadernos do Museu*, 1. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.

SOEIRO, Teresa (1996-1997) - Lagares de azeite no concelho de Penafiel. *Portugália*. Porto. Nova série, 17-18, p. 219-244.

SOEIRO, Teresa (1998a) - A pesca fluvial no Baixo Tâmega e Douro. In CALO LOURIDO, Francisco (coord.) -

Antropoloxía mariñeira. Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, p.231-252.

SOEIRO, Teresa (1998b) - A produção de passamanaria de palheta em Penafiel. In ALVES, Jorge Fernandes (coord.) - *A indústria portuense em perspectiva histórica: Actas do Colóquio*. Porto: Centro Leonardo Coimbra - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 183-202.

SOEIRO, Teresa (2000-2001) - Dias festivos: O Corpo de Deus em Penafiel. *Cadernos do Museu*, 6-7. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel.

SOEIRO, Teresa (2001) - Pescadores de terra adentro. *Oceanos*. 47/48. Lisboa, p. 136-158.

SOEIRO, Teresa (2002) - El lino en Penafiel, Norte de Portugal. De la producción doméstica para el mercado a la desilusión industrial. *Actes de les V Jornades d'Arqueologia Industrial de Catalunya*. Barcelona, p. 341-358.

SOEIRO, Teresa (2004) - Pauzeiros de Penafiel. *Mãos. Revista de artes e ofícios*. 26. Porto, p.24-26.

SOEIRO, Teresa (2005) - Temporary watermills on the rivers in Northern Portugal. *International Molinology. Journal of The international Molinology Society*. 71, p.3-13.

SOEIRO, Teresa (2006) - *O ocaso das moagens do rio Sousa no Município de Penafiel*. Penafiel.

SOEIRO, Teresa (2007) - Em busca do doce sabor. *Portugália*. Porto, Nova série. 27 (no prelo)